

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.453/0001-80

NIRE 35300130631

Companhia Aberta



JUCESP PROTOCOLO
0.364.705/17-6



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017

I. **DATA, LOCAL E HORÁRIO:** Aos 28 (vinte e oito) dias de fevereiro de 2017, às 17:00 horas, na sede social da Contax Participações S.A., localizada na Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, Cidade e Estado de São Paulo (“Companhia”).

II. **CONVOCAÇÃO:** Realizada na forma de seu Estatuto Social, por mensagens individuais enviadas aos senhores Conselheiros.

III. **QUORUM:** Os Conselheiros representando a totalidade dos membros em exercício.

IV. **MESA:** Presidente, a Sra. Lívia Xavier de Mello e, Secretário, o Sr. Plínio José Lopes Shiguematsu.

V. **ORDEM DO DIA:** Retorno do Diretor Presidente.

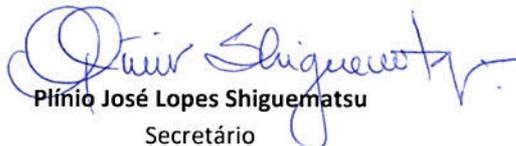
VI. **DELIBERAÇÕES:** Iniciando a reunião, os Srs. Conselheiros discutiram o item da ordem do dia e o término, em 28 de fevereiro de 2017, da restrição prevista em cláusula contratual a que o Sr. Nelson Armbrust estaria sujeito, cuja validade e exigibilidade encontram-se em discussão judicial, e aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem nenhuma objeção: (i) o retorno do Sr. Nelson Armbrust às suas atividades de Diretor Presidente, a partir de 1º de março de 2017; e (ii) o término da licença provisória e não remunerada, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 16 de setembro de 2016.

Com o retorno do Sr. Nelson Armbrust às suas atividades, a Sra. Cristiane Barretto Sales, deixa de exercer de forma interina as atividades de Diretor Presidente, mantendo suas funções de Diretora de Finanças e de Relações com Investidores, conforme eleição em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 18 de abril de 2016. Os membros do Conselho de Administração registraram o voto de agradecimento a Sra. Cristiane Barretto Sales, pela contribuição durante todo o período em que acumulou essas atividades.

VII. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos conselheiros presentes. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. Plínio José Lopes Shiguematsu, Secretário. Conselheiros: Lívia Xavier Mello, Presidente; Fábio Soares de Miranda Carvalho, Vice-Presidente; Matias Ezequiel Aron; Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá; Cleber Pereira de Moraes; Christiane Almeida Edington.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2017.


Plínio José Lopes Shiguematsu
Secretário

CONTAX PARTICIPAÇÃO

CNPJ/MF nº 04.032.433/0001-4
NIRE 35300180631
Companhia Aberta



JUCESP PROTOCOLO
0.000.535/17-5



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2016

(Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus §§, da Lei nº 6.404/76)

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 28 de dezembro de 2016, às 10h30min, em 2ª convocação, na sede social da Contax Participações S.A., localizada na Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, na Cidade e Estado de São Paulo ("Companhia").
2. **CONVOCAÇÃO:** Edital de 2ª convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições dos dias 20.12.2016, 21.12.2016 e 22.12.2016, nas páginas 17, 15 e 13, respectivamente, e no Jornal Folha de São Paulo, nas edições dos dias 20.12.2016, 21.12.2016 e 22.12.2016, nas páginas 4, A10 e A10, respectivamente.
3. **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** A proposta da administração ("Proposta da Administração") contendo todas as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na assembleia geral foi colocada à disposição dos acionistas na sede da Companhia, divulgada nas páginas eletrônicas na Internet da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BMF&FBOVESPA"), por ocasião da segunda publicação do edital de convocação, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.
4. **PRESENCAS:** Acionistas representando 25,03% do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Tendo sido verificado o quórum legal, considerando que a presente Assembleia é realizada em segunda convocação, a presente Assembleia foi declarada regularmente instalada.
5. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre a (i) Alteração do *caput* do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a fim de modificar a periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da Companhia.
6. **MESA:** Nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e, ainda, do artigo 128 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), a presidência desta Assembleia será exercida pelo Sr. Eduardo de Mayo Valente Caires, que convidou o Sr. Plínio José Lopes Shiguematsu para exercer a função de Secretário.
7. **DELIBERAÇÕES:** Por acionistas representando 25,03% do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia, foram tomadas as seguintes deliberações:
 - 7.1. Por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, foi aprovada a alteração do *caput* do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a fim de modificar a periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Em virtude desta deliberação, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2016

“Artigo 16 – Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante a convocação pelo Presidente do Conselho de Administração ou por 3 (três) de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas, de forma presencial ou não, podendo excepcionalmente ser realizada por conferência telefônica, vídeo conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas que participarem da reunião.”

7.2. Por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, em decorrência do quanto deliberado na presente Assembleia, autorizar, a Administração da Companhia, a praticar todos os atos, registros e publicações necessários, e demais medidas que se fizerem indispensáveis para implementar o quanto deliberado na presente assembleia geral.

8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo sido tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ação. São Paulo, 28 de dezembro de 2016. Eduardo de Mayo Valente Caires, Presidente; Plínio José Lopes Shiguematsu, Secretário. Acionistas Presentes: Andrade Gutierrez S.A., p.p. Heloisa Fernanda Figueiredo Guedes Amaral; Jereissati Telecom S.A., p.p. Ana Luisa Kiraly; Fundação Atlântico de Seguridade Social, p.p. Fabiana Faé Vicente Rodrigues; Capital World Growth and Income Fund, p.p. Anderson Carlos Koch; Vanguard Total International Stock Index Fund, A Series of Vanguard Star Funds, p.p. Anderson Carlos Koch.

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Contax Participações S.A. lavrada em livro próprio.

São Paulo, 28 de dezembro de 2016.


Plínio José Lopes Shiguematsu
Secretário



JUCESP
09.12.16



JUCESP PROTOCOLO
2.237.589/16-1



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

**EXTRATO DE ITENS DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016**

Na qualidade de secretária da reunião ordinária do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. ("Companhia" ou "Contax Participações") realizada em 10 de novembro de 2016, às 10h30min, na sede social da Contax Participações S.A., localizada na Avenida Paulista, 407 e 423, 8º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, **CERTIFICO** que foram aprovados os seguintes itens da Ordem do Dia, conforme redação abaixo:

1. Resultado 3º trimestre de 2016

Após a apresentação do resultado da Companhia no 3º trimestre de 2016 e esclarecidas todas as dúvidas e questões levantadas, os Senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a divulgação do resultado ao mercado.

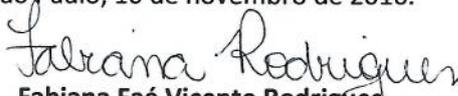
2. Eleição de Administrador da Companhia

Aprovada a eleição do Sr. Marcelo Luiz Dias Chianello, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 7.658.983-7, expedida pela DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 929.595.557-91, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 407 e 423, 8º andar, para ocupar o cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018. O Diretor ora eleito, Sr. Marcelo Luiz Dias Chianello, firmará o respectivo Termo de Posse e Investidura e declara, sob as penas da lei, estar legalmente habilitado a exercer a função, não estando incurso em nenhum dos crimes e impedimentos previstos na Instrução CVM nº 367/02, passando a Diretoria em exercício da Companhia a contar com a seguinte composição: Sra. Cristiane Barretto Sales, como Diretora Presidente Interina e Diretora de Finanças e de Relações com Investidores, Sra. Cristiane Almeida de Souza Cé e Sr. Marcelo Luiz Dias Chianello, como Diretores sem Designação Específica, todos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018. ...

Presente a maioria dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores Conselheiros: Shakhaf Wine, Presidente; Renato Torres de Faria; Lívia Xavier de Mello; Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá; Fábio Soares de Miranda Carvalho; Cleber Pereira de Moraes. Mesa: Shakhaf Wine, Presidente; Fabiana Faé Vicente Rodrigues, Secretária.

Certifico que as deliberações acima foram extraídas e são cópia fiel das deliberações tomadas na ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 10 de novembro de 2016.


Fabiana Faé Vicente Rodrigues
Secretária

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO, CIENCIA
TECNOLOGIA E INOVACAO

JUCESP

08 DEZ 2016

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO, CIENCIA
TECNOLOGIA E INOVACAO
SEJUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NUMERO

521.713/16-0

FLAVIA R. BRITTO BONCINI
SECRETARIA GERAL

JUCESP



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2016

I. **DATA, LOCAL E HORÁRIO:** Aos 16 (dezesesseis) dias de setembro de 2016, às 10:00 horas, na sede social da Contax Participações S.A., localizada na Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, Cidade e Estado de São Paulo ("Companhia").

II. **CONVOCAÇÃO:** Realizada na forma de seu Estatuto Social, por mensagens individuais enviadas aos senhores Conselheiros.

II. **QUORUM:** Os Conselheiros representando a totalidade dos membros em exercício.

IV. **MESA:** Presidente, o Sr. Shakhaf Wine, e, Secretária, a Sra. Juliana Contreiras de Brito.

V. **ORDEM DO DIA:** Licenciamento do Diretor Presidente.

VI. **DELIBERAÇÕES:** Iniciando a reunião, os Srs. Conselheiros tomaram conhecimento da ordem judicial liminar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que impede o Sr. Nelson Armbrust do exercício das funções inerentes ao cargo de Diretor Presidente para o qual foi eleito em 04 de março de 2016, obtida em ação judicial movida pela Atento Brasil S.A. As medidas buscadas por seu antigo empregador, no entendimento deste conselho, representa uma clara afronta ao direito constitucional do livre exercício ao direito de trabalho, que coloca o Sr. Nelson Armbrust em uma situação pessoal indefinida, numa manobra com graves prejuízos à Contax, à livre concorrência e ao mercado. No entanto, face à vigente ordem judicial, imposta ao Sr. Nelson Armbrust, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, com a concordância expressa do Sr. Nelson Armbrust, conceder uma licença provisória e não remunerada das funções de Diretor Presidente da Companhia que vinha exercendo, até que as atuais restrições impostas deixem de vigorar. Os membros do Conselho de Administração lamentaram a situação e manifestaram apoio irrestrito ao Sr. Nelson Armbrust, registrando seu veemente repúdio aos atos praticados por seu ex-empregador, tanto por sua clara intenção de prejudicar a atuação do Sr. Nelson Armbrust, sua imagem e reputação, quanto pelo nítido objetivo de prejudicar de forma ilícita a sua concorrente. Por força dessa ordem judicial liminar, os membros do Conselho de Administração aprovaram a licença provisória e não remunerada do Sr. Nelson Armbrust, pelo prazo em que perdurarem as restrições impostas, ficando acordado que, uma vez suspensas ou revogadas tais restrições, o Sr. Nelson Armbrust deverá retomar imediatamente as suas atividades na Companhia. Os Conselheiros presentes aprovaram também que as atividades de Diretor Presidente serão interinamente assumidas pela Diretora de

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2016

Finanças e Relações com Investidores, Sra. Cristiane Barretto Sales, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade n. 271.479.671, expedida pela SSP/BA, inscrita sob o CPF/MF sob o n. 405.908.015-20, eleita em reunião extraordinária do Conselho de Administração em 18 de abril de 2016, até que seja possível o retorno do Sr. Nelson Armbrust às suas atividades. Os membros do Conselho de Administração, por fim, reiteraram que a Diretoria deverá adotar todas as medidas jurídicas cabíveis, com o intuito de reverter as restrições ora vigentes, bem como para reparar as perdas e os danos sofridos em razão dos atos praticados pela Atento Brasil S.A.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, 16 de setembro de 2016.


Juliana Contreiras de Brito

Secretária

Conselheiros:



Shakhaf Wine
Presidente



Renato Torres de Faria



Fernando Antônio Pimentel de Melo



Livia Xavier de Mello



Rafael Cardoso Cordeiro



Fábio Soares de Miranda Carvalho

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta



CONVÊNIO
ACSP-100

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016**

(Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus §§, da Lei nº 6.404/76)

1. **Data, hora e local:** Realizada às 11h00min do dia 20 de abril de 2016, na sede da Contax Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Paulista, nº 407, 2º andar, na Cidade e Estado de São Paulo.

2. **Ordem do Dia:** (1) Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia e eleição de novos membros efetivos e suplentes para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos; (2) Proposta de admissão da Companhia ao segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”); (3) Proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária e a consequente extinção dos certificados de depósitos de ações de emissão da Companhia (units); (4) Proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social (“Grupamento”), e a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social para refletir o novo número de ações do capital social da Companhia; (5) Proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia para adequá-lo às cláusulas mínimas do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como para a adoção de práticas elevadas de governança corporativa e, ainda, para refletir o Grupamento e a Conversão de Ações; e (6) Autorização aos administradores a realizarem todos os atos necessários à efetivação das matérias postas para deliberação.

3. **Convocação:** Edital de Segunda Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Parte Empresarial, nas edições dos dias 12.04.2016, 13.04.2016 e 14.04.2016, nas páginas 115, 34 e 65, respectivamente; e no Jornal Folha de São Paulo, nas edições dos dias 12.04.2016, 13.04.2016 e 14.04.2016, nas páginas A12, A20 e A22, respectivamente, em conformidade com o artigo 124, *caput* e §1º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”).

- 3.1. Todos os documentos exigidos pela Lei das S.A. e pelas normas da CVM aplicáveis com relação às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e

disponibilizados, por meio do Sistema IPE da CVM, por ocasião da publicação do Edital de Convocação.

4. **Presenças:** Presentes acionistas representando 57,15% do capital social com direito a voto e 8,27% das ações preferenciais sem direito a voto, totalizando 25,33% do capital social da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, a Sra. Cristiane Almeida de Souza Cé, Diretora Jurídica e de Compliance da Companhia, bem como o Sr. Marco Tulio de Oliveira Alves, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia, que se colocaram à disposição dos acionistas da Companhia para esclarecimentos e informações a respeito das matérias objeto da Assembleia.

5. **Mesa:** Verificado o quorum legal, tendo em vista que a presente Assembleia é realizada em segunda convocação, e em conformidade com as disposições do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia, tendo sido eleita como presidente a Sra. Cristiane Almeida de Souza Cé e como secretário o Sr. Plínio José Lopes Shiguematsu.

6. **Deliberações:** Por proposta do Presidente da Mesa, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. e do art. 10 do Estatuto Social. Também por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos.

6.1. Aprovada, por 67.565.822 votos favoráveis, representando 99,88% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários e registrada a abstenção expressa por detentores de 79.300 ações ordinárias, a composição do Conselho de Administração por 07 (sete) membros efetivos, e 04 (quatro) membros suplentes para determinados membros titulares, todos com mandato até a Assembleia Geral que aprovará as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Ato contínuo, foi aprovada por 67.492.722 votos favoráveis, representando 99,77% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários e registrada a abstenção expressa por detentores de 152.400 ações ordinárias, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral que aprovará as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017: (1) como efetivo, o Sr. **Shakhaf Wine**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 07.140.616-9, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/FM sob o nº 018.755.347-50, domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 407 e 423, Vila Mariana; (2) como efetivo, o Sr. **Renato Torres de Faria**, brasileiro, casado, engenheiro de minas, portador da carteira de identidade nº M-1.727.787, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº



502.153.966-34, domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida do Contorno, nº 8.123, Cidade Jardim; e; como seu respectivo suplente, o Sr. **Matias Ezequiel Aron**, argentino, solteiro, licenciado em comércio exterior, portador da identidade RNE V9137042-DPF, inscrito no CPF/MF nº 062.193.157-82, domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Av. do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim; (3) como efetivo, o Sr. **Rafael Cardoso Cordeiro** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº M-9.165.153, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.496.966-32, domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida do Contorno, nº 8.123, Cidade Jardim, e, como sua respectiva suplente, a Sra. **Carolina Alvim Guedes Alcoforado**, brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 45.981.769, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 323.732.308-01, domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Av. do Contorno, nº 8.123, Cidade Jardim; (4) como efetivo, o Sr. **Fernando Antonio Pimentel de Melo**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº. 5880, expedida pela OAB/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 085.399.444-72, domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2901, Botafogo e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Marcio de Araújo Faria**, brasileiro, separado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade nº. 27.172-D, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 298.088.807-97, domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2901, Botafogo; (5) como efetiva, a Sra. **Cristiane Barretto Sales**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 2714796-71, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 405.908.015 -20, domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 407 e 423, Vila Mariana; (6) como efetivo, o Sr. **Fábio Soares de Miranda Carvalho**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 11261924-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº CPF 037.361.977-48, domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1103, Botafogo e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Marcel Paes Machado de Andrade**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 11128854-4, expedida pelo Detran-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº CPF: 093.363.447-14, domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2901, Botafogo; e (7) como efetiva, a Sra. **Lívia Xavier de Mello**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 11574750-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 078.320.417-57, domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Urquiza, 235/1303, Leblon. Foi declarado durante as votações que nenhum dos eleitos incorre em impedimentos ou restrições legais para investidura no cargo. Os Srs. Fábio Soares de Miranda Carvalho e Lívia Xavier de Mello, eleitos para compor o novo Conselho de Administração da Companhia, caracterizam-se como Conselheiros Independentes nos termos da definição

* A * C * T * O * R *

de Conselheiro Independente prevista pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 e do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

6.2. Aprovada por 67.645.122 votos favoráveis, representando 100% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários ou abstenções, a admissão da Companhia ao segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

6.3. Aprovada por 67.645.122 votos favoráveis, representando 100% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários ou abstenções, nos termos do artigo 47 do Estatuto Social da Companhia e das deliberações tomadas na Assembleia Especial de acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia realizada em 02 de abril de 2013, com o objetivo de permitir a migração para o Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária, inclusive no que diz respeito às ações preferenciais integrantes dos certificados de depósito de ações de emissão da Companhia ("Conversão de Ações"), e a consequente extinção dos certificados de depósito de ações de emissão da Companhia (units). Foi consignado, ainda, que a Conversão de Ações, conforme prevista no artigo 47 do Estatuto Social, não está sujeita à Assembleia Especial dos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, nem tampouco está sujeita ao direito de retirada.

6.4. Aprovado por 67.645.122 votos favoráveis, representando 100% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários ou abstenções, o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei das S.A. ("Grupamento"). Em decorrência da aprovação do Grupamento e da Conversão de Ações, o capital social da Companhia no valor de R\$181.637.683,90 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa centavos), passará a ser dividido em 3.457.678 (três milhões, quatrocentas e cinquenta e sete mil, seiscentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. Foi esclarecido aos acionistas e registrado que a acionista CTX Participações S.A., companhia aberta, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beneditinos nº 15 / 17, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.601.322/0001-60 ("CTX"), doará as ações ordinárias necessárias para que todos os acionistas da Companhia sejam titulares de ações ordinárias em número múltiplo de 100, de tal forma que cada acionista receba, após o Grupamento, um número inteiro de ações, sendo, portanto, mantidas inalteradas as participações. Eventuais frações de ações detidas pela CTX remanescentes após a aplicação do fator do Grupamento serão canceladas. As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas grupadas em 22 de abril de 2016, data do primeiro pregão da BM&FBOVESPA subsequente à data da Assembleia.

6.5. Aprovada por 67.645.122 votos favoráveis, representando 100% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários ou abstenções, a fim de (i) refletir a alteração do número de ações e das espécies de ações em que se divide o capital social da Companhia, constante do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da Conversão de Ações e do Grupamento; (ii) adequar o Estatuto Social ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, de forma a permitir a migração da Companhia ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e (iii) promover a adoção pela Companhia de práticas elevadas de governança corporativa, aprovar a reforma global do Estatuto Social da Companhia, conforme Proposta da Administração divulgada na forma do Anexo I que, após rubricado pelos membros da mesa, ficará arquivado na sede da Companhia e a cópia, após rubricada pelo Secretário, fica fazendo parte integrante da presente ata. O Estatuto Social vigorará com a redação ora aprovada a partir desta data, sendo que até que a Companhia seja admitida pela BM&FBOVESPA no Novo Mercado, todas as referências do novo Estatuto Social ao Regulamento do Novo Mercado deverão ser lidas e compreendidas como referências ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa, segmento onde permanecerão listadas as ações da Companhia até a listagem no Novo Mercado.

6.6. Aprovada por 67.645.122 votos favoráveis, representando 100% das ações com direito a voto presentes, não tendo sido registrados votos contrários ou abstenções, a autorização aos administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação e formalização das deliberações ora tomadas, incluindo aqueles referentes ao arquivamento e publicação dos atos societários e às averbações necessárias junto aos registros públicos competentes.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pelos acionistas que constituíram o quorum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. Ass.: Cristiane Almeida de Souza Cé – Presidente da Mesa; Plínio José Lopes Shiguematsu – Secretário da Mesa; Acionistas: CTX Participações S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, Norges Bank, Capital World Growth and Income Fund, Vanguard Total International Stock Index FD, a Series of Vanguard Star Funds, Foton Fundo de Investimento em Ações.

Certifico que a presente é cópia fiel do original extraído em livro próprio.

São Paulo, 20 de abril de 2016.

Plínio José Lopes Shiguematsu
Secretário



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

§ 3º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

§ 4º - Na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas na subscrição, ou reduzir o prazo para seu exercício.

§ 5º - A Companhia poderá, nos termos e limites de plano aprovado por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços a sociedade sob seu controle.

§ 6º - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, "pro rata temporis" e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III

Seção I

Da Assembleia Geral

Artigo 6º - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Companhia.

Artigo 7º - A Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á:

(a) Ordinariamente: dentro dos quatro primeiros meses, depois de findo o exercício social, para:

- i. tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- ii. eleger o Conselho de Administração nas épocas próprias e o Conselho Fiscal, quando for o caso; e
- iii. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso; e fixar a remuneração dos administradores.

(b) Extraordinariamente: sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais aconselharem ou exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Artigo 8º - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato, ou na forma prevista no Parágrafo Único do art. 123 da Lei nº 6.404/76.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

Seção III
Conselho de Administração

Artigo 13 - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 09 (nove) membros, podendo a Assembleia Geral eleger igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

§ 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente escolhidos entre seus membros, que serão eleitos pela maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a posse destes. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração convocar ou solicitar a convocação das reuniões do Conselho de Administração e, ao Vice-Presidente, substituir interinamente o Presidente sempre que necessário no exercício de suas funções.

§ 4º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 5º - A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 6º - Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituam, nos termos da lei e deste Estatuto.

§ 7º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Conselheiro será substituído por seu suplente, quando houver, a ser especificamente designado para cada reunião. Nas hipóteses de ausências ou impedimentos temporários do Presidente, seu suplente, quando houver, o substituirá como membro do Conselho de Administração, mas não exercerá a função de Presidente, que será atribuída ao Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na hipótese de ausência ou impedimento do Vice-Presidente, os demais membros do Conselho escolherão quem assumirá interinamente as funções de Presidente da reunião.

§ 8º - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro, não havendo suplente, o Conselho de Administração elegerá tantos conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os conselheiros eleitos nos termos deste Artigo terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada.



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

§ 9º – Sem prejuízo do disposto no parágrafo 8º acima, quando houver vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente assumirá a Presidência do Conselho e os membros do Conselho de Administração elegerão um novo Vice-Presidente dentre os demais membros em exercício.

Artigo 14 – Ressalvado o disposto no Artigo 15 deste Estatuto, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º - Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º - O Conselho de Administração deverá, até ou na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, divulgar proposta da administração com a indicação dos integrantes da chapa proposta e disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

§ 3º - Sem prejuízo da possibilidade dos acionistas ou conjunto de acionistas solicitarem a inclusão de candidatos ao Conselho de Administração da Companhia previamente à convocação de Assembleia Geral, nos termos da regulamentação aplicável, os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, dos integrantes da chapa proposta e da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

§ 4º - O Conselho de Administração ou os acionistas, conforme o caso, deverão identificar, dentre os integrantes da chapa proposta, os nomes indicados como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 13 acima.

§ 5º - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 6º - Cada acionista somente poderá votar a favor de uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Artigo 15 – Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, observados os requisitos previstos em lei e na regulamentação da CVM.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

§ 1º - A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, à CVM e à BM&FBOVESPA, a informação de que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

§ 2º - Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e do número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

§ 3º - Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 14, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 14 deste Estatuto.

§ 4º - Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.

§ 5º - Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

§ 6º - Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará a destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.

§ 7º - Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, acionistas minoritários detentores de ações ordinárias poderão, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, requerer que a eleição de um membro do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicáveis a tal eleição as regras previstas no Artigo 14 acima.

Artigo 16 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho de Administração ou por 3 (três) de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas, de forma presencial ou não, podendo excepcionalmente ser realizada por conferência telefônica, vídeo conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas que participarem da reunião.

§ 1º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração deverá conter a ordem do dia e as matérias a serem deliberadas na respectiva reunião.

§ 2º - As reuniões ordinárias do Conselho de Administração deverão ser convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração deverão ser convocadas por escrito com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis. Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, nos casos de urgência as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas, excepcionalmente, com 01 (um) dia útil de antecedência. Independentemente das formalidades de



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35360180531

Companhia Aberta

convocação, considerar-se-á regular a reunião do Conselho de Administração a que participarem todos os seus membros.

§ 3º - O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será a maioria dos membros em exercício.

§ 4º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o de desempate.

§ 5º - A Ata da Reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente.

§ 6º - As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes.

Artigo 17 - Compete ao Conselho de Administração:

- i. fixar a política geral dos negócios da Companhia e acompanhar sua execução;
- ii. aprovar e alterar o orçamento anual da Companhia, bem como das sociedades por ela controladas, e as metas e estratégias de negócios previstos para o período subsequente;
- iii. eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;
- iv. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, ou sobre quaisquer outros atos;
- v. atribuir os honorários de cada um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, da Diretoria, do Conselho Fiscal, e dos Comitês, bem como estabelecer as diretrizes referentes aos critérios de remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia e de sociedades controladas assim como realizar a verificação de seu cumprimento, desde que respeitados os limites previamente estabelecidos em Assembleia Geral;
- vi. escolher, destituir os auditores independentes;
- vii. convocar a Assembleia Geral de acionistas e de debenturistas;
- viii. aprovar e submeter à Assembleia Geral as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, neles incluídas as demonstrações consolidadas;
- ix. criar comitês de assessoramento destinados a auxiliar os membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição e atribuições específicas;
- x. eleger e destituir os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração previstos neste Estatuto Social;
- xi. aprovar e alterar o Regimento Interno da Companhia, do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração;
- xii. estabelecer a localização da sede da Companhia;
- xiii. submeter à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício;
- xiv. deliberar sobre a aquisição de controle e de participação em outras sociedades, bem como o aumento de participação em sociedades controladas ou coligadas no país ou no exterior;
- xv. deliberar sobre a criação de qualquer subsidiária;
- xvi. autorizar a alienação, no todo ou em parte, das participações de sua propriedade de emissão das sociedades controladas e coligadas, que não esteja prevista no orçamento anual da Companhia;

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300160631

Companhia Aberta

- xvii. autorizar associações e celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;
- xviii. autorizar a celebração de consórcios com outras sociedades que não sejam controladas por ou estejam sob controle comum da Companhia;
- xix. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- xx. aprovar investimentos em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando não previstos no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas;
- xxi. aprovar qualquer empréstimo, financiamento ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória pela Companhia ou por suas controladas, isolada ou cumulativamente dentro do período compreendido pelo orçamento então em vigor, em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- xxii. autorizar a assinatura de contratos de qualquer natureza, excetuados os contratos com clientes, que impliquem obrigações para a Companhia ou representem valores em montante superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento da Companhia ou de suas controladas;
- xxiii. autorizar a Diretoria a adquirir ou alienar bens do ativo permanente, renunciar a direitos, transigir ou onerar de qualquer forma, bens em valores que representem responsabilidade igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas;
- xxiv. fixar o voto a ser dado pelo representante da Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das Sociedades em que participe como acionista e aprovar previamente as alterações do Contrato Social das sociedades em que a Companhia participa como sócia para as matérias relacionadas aos itens deste Artigo, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia;
- xxv. aprovar a emissão de bônus de subscrição;
- xxvi. aprovar a emissão e cancelamento de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado;
- xxvii. deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado;
- xxviii. apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição de membros do Conselho de Administração, com ou sem suplentes, na forma prevista no artigo 14 deste Estatuto;
- xxix. definir lista tripartite de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e
- xxx. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo único - Os valores mencionados neste artigo serão atualizados ao final de cada ano civil pela variação do IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por outro índice que venha legalmente a substituí-lo.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180531

Companhia Aberta

Seção IV

Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Finanças, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e os demais, Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a cumulação de cargos.

§ 1º - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

§ 2º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores.

§ 3º - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria.

§ 4º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para os cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo esta hipótese, ao Conselheiro-Diretor, caberá optar pela remuneração que fizer jus, como Conselheiro ou como administrador-executivo.

§ 5º - A posse dos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 19 - Os mandatos serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente de 1 (um) ano, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicium*. Além do prazo, as procurações "*ad negotia*" vedarão o substabelecimento.

Artigo 20 - A Companhia será representada, ativa e passivamente, em quaisquer atos que criem obrigações ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, por dois Diretores em conjunto, por um diretor e um procurador, nomeado na forma acima, ou por dois procuradores também nomeados na forma acima, através de mandato para prática do ato nele especificado.

§ 1º - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos seguintes casos: (a) quando o ato a ser praticado impuser representação singular ela será representada por qualquer Diretor ou procurador com poderes especiais; (b) nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza, e (c) nos casos de licitação pública, mediante outorga de poderes específicos para participar de processos licitatórios.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35360180531

Companhia Aberta

§ 2º - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de outros atos não previstos no parágrafo 1º acima por apenas um dos membros da Diretoria ou por um procurador, agindo isoladamente, ou ainda, por meio da aprovação de critérios de delimitação de competência, que permitam, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

§ 3º - A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e extrajudiciais e na prestação de depoimento pessoal.

Artigo 21 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, e a convocação cabe ao Diretor-Presidente, com antecedência de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º - O quorum de instalação das reuniões é o da maioria dos membros em exercício, e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião.

§ 2º - As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

Artigo 22 - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

§ 1º - Compete especificamente ao Diretor-Presidente:

- i. exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia;
- ii. supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- iii. submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- iv. formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;
- v. coordenar e supervisionar as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões, com voto de qualidade em caso de empate;
- vi. exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§ 2º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Diretor Presidente.

- i. representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;
- ii. planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação;
- iii. propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia;
- iv. observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei;
- v. guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos;



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-89

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

- vi. supervisionar os serviços realizados pelo escriturado contratado pela Companhia, incluindo o pagamento de dividendos e bonificações e compra e venda de ações; e
- vii. zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e
- viii. exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 - O Diretor Presidente determinará as funções específicas de cada um dos Diretores, observando os limites que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 24 - A Diretoria, como órgão colegiado, exercerá as seguintes atribuições:

- i. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- ii. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os a aprovação do Conselho de Administração;
- iii. apresentar ao Conselho de Administração as propostas de empresas controladas relativas às diretrizes gerais de organização, de desenvolvimento de mercado, e ao plano de investimentos e orçamento;
- iv. apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a evolução geral dos negócios da Companhia;
- v. propor ao Conselho de Administração a alienação dos bens do ativo permanente da Companhia, caso estes bens representem valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e a alienação não esteja prevista no orçamento anual da Companhia;
- vi. apresentar proposta ao Conselho de Administração do Regimento Interno da Companhia com a respectiva estrutura organizacional;
- vii. apreciar o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras e o Relatório Anual da Companhia, bem como a proposta de destinação de resultado submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração;
- viii. aprovar a criação, transferência ou encerramento de filiais, escritórios, depósitos ou agências de representações, em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e
- ix. deliberar sobre outros assuntos julgados como de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - Os valores mencionados neste Artigo serão atualizados ao final de cada ano civil pela variação do IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por outro índice que venha legalmente a substituí-lo.

Seção V

Órgãos Auxiliares da Administração

Artigo 25. A Companhia terá, obrigatoriamente, os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: (a) Comitê de Pessoas; (b) Comitê Estratégico Operacional; (c) Comitê Financeiro; e (d) Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance.

§ 1º - Os Comitês poderão analisar os temas e assuntos dentro das competências definidas neste Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração em seu regimento, inclusive aqueles relacionados às sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

§ 2º - O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da Administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.

§ 3º - As regras aplicáveis aos comitês de assessoramento e seus membros, tais como seu funcionamento, composição e procedimentos operacionais serão definidos por este Estatuto e em seus respectivos Regimentos Internos, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

§ 4º - Serão aplicáveis aos membros dos comitês de assessoramento previstos neste Estatuto e dos demais comitês adicionais que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

§ 5º - O Conselho de Administração definirá a remuneração dos membros dos comitês de assessoramento, quando devida.

Subseção I

Comitê de Pessoas

Artigo 26. O Comitê de Pessoas tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração na estratégia de gestão de pessoas e de remuneração de executivos, bem como na avaliação de projetos e propostas da diretoria no que se referir a planos de sucessão e desenvolvimento de liderança.

§ 1º - O Comitê de Pessoas poderá ser formado por membros internos e externos à Companhia, podendo seu regimento estabelecer requisitos específicos para a sua composição.

§ 2º - Compete ao Comitê de Pessoas:

- a) Propor regras e acompanhar a aplicação do programa de remuneração dos executivos;
- b) Supervisionar e opinar sempre que necessário acerca dos projetos e esforços da Companhia no que se refere ao desenvolvimento de liderança;
- c) Supervisionar e opinar, sempre que solicitado, acerca do plano de sucessão da Companhia;
- d) Supervisionar, opinar e acompanhar a implantação do programa de desenvolvimento organizacional;
e
- e) Exercer as demais atribuições e atividades estabelecidas pelo Conselho de Administração no regimento interno do comitê de pessoas.

Subseção II

Comitê Estratégico Operacional

Artigo 27. O Comitê Estratégico Operacional tem por objetivo acompanhar e, sempre que possível, recomendar ao Conselho de Administração estratégia operacional e comercial da Companhia e das sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia ("Sociedades Controladas"). O Comitê



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0091-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

acompanhará, entre outros, os clientes ou potenciais clientes, processos comerciais, contratos com clientes e as necessidades tecnológicas e gerenciais relacionadas às operações da Companhia e Sociedades Controladas.

§ 1º - O Comitê Estratégico Operacional poderá ser formado por membros internos e externos à Companhia, podendo seu regimento estabelecer requisitos específicos para a sua composição.

§2º. Compete ao Comitê Estratégico Operacional:

- a) Acompanhar, discutir e opinar sobre a estratégia operacional e de relacionamento com os clientes da Companhia e de suas sociedades controladas;
- b) Supervisionar e opinar sempre que necessário acerca dos projetos e esforços da Companhia no que se refere a projetos de novos ou atuais clientes;
- c) Acompanhar, discutir e opinar sobre a implantação de novas tecnologias e serviços aos clientes da Companhia;
- d) Acompanhar a eficiência dos planos de melhoria de qualidade, margens e satisfação dos clientes; e
- e) Exercer as demais atribuições e atividades estabelecidas pelo Conselho de Administração no regimento interno do comitê de pessoas.

**Subseção III
Comitê Financeiro**

Art. 28 - O Comitê Financeiro tem por objetivo acompanhar e, sempre que possível, recomendar ao Conselho de Administração a estratégia de performance econômica, de geração de caixa, de investimentos e de mitigação de riscos da Companhia, bem como assessorar e avaliar projetos e propostas da Diretoria para otimizar a gestão financeira dos seus recursos.

§ 1º - O Comitê Financeiro poderá ser formado por membros internos e externos à Companhia, podendo seu regimento estabelecer requisitos específicos para a sua composição.

§2º. Compete ao Comitê Financeiro:

- a) Monitorar o desempenho econômico da Companhia e de suas controladas, tendo em perspectiva os benchmarks da indústria, as metas atribuídas à Diretoria e o cenário macro econômico;
- b) Monitorar a evolução da estrutura de capital da Companhia e de suas controladas direta ou indiretamente, contribuindo para sua otimização contínua;
- c) Acompanhar a eficiência operacional nas dimensões administrativa, operacional e econômica, inclusive na evolução de seu modelo de negócios e nas transformações inerentes à sua atividade; e
- d) Exercer as demais atividades estabelecidas pelo Conselho de Administração no regimento interno do comitê financeiro.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

Subseção IV

Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance

Art. 29 - O Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas a auditoria interna e externa, mecanismos e controles relacionadas à gestão de riscos, estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência nas sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia.

§ 1º - O Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance poderá ser formado por membros internos e externos à Companhia, podendo seu regimento estabelecer requisitos específicos para a sua composição.

§2º. Compete ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance:

- a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição de tais auditores independentes, e opinar sobre sua contratação para qualquer outro serviço não diretamente relacionado aos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia;
- b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente e de gestão de riscos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias;
- d) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas, avaliando a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos, dos processos de auditoria interna e independente e do gerenciamento de risco da Companhia e das sociedades controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; e
- e) Exercer as demais atividades estabelecidas pelo Conselho de Administração no regimento interno do comitê financeiro.

CAPÍTULO IV

Conselho Fiscal

Artigo 30 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros e suplentes em igual número, de funcionamento permanente, eleito pela Assembleia Geral Ordinária, na forma prevista em lei.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções.

§ 3º - O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros.

§ 4º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO V

Exercício Social, Balanço e Resultados

Artigo 31 - O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, exigidas pela Lei das Sociedades por Ações, de acordo com a regulamentação aplicável.

§ 1º - O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras serão submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração, à base dos elementos que lhe tiverem sido apresentados e propostos pela Diretoria.

§ 2º - A Companhia poderá levantar Balanço semestral ou trimestrais e distribuir dividendos em tais períodos, desde que o total dos dividendos pagos a cada semestre do exercício não exceda o montante de suas reservas de capital.

§ 3º - A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar sobre: (i) a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou (ii) o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio no curso do exercício aos acionistas, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 33 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§ 1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do *caput* deste artigo, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

§ 2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

- a. 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;
- b. do saldo lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei no. 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento), para

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

- pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas;
- c. por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitado o registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levada à Reserva para Investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do Capital Social;

Artigo 34 - Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 35 - Os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, os quais serão pelo valor líquido do imposto de renda.

CAPÍTULO VI

Alienação de Controle

Artigo 36 - A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único - A oferta pública de que trata este Artigo será exigida ainda:

- (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou
- (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 37 - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 36 acima; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 38 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

Parágrafo Único - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VII

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Artigo 39 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º - O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão incorridos integralmente pelo ofertante.

§ 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

CAPÍTULO VIII

Saída do Novo Mercado

Artigo 40 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 39, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 41 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 40 acima.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

§ 1º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 42 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 39 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse Artigo.

§ 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste Artigo decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

§ 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste Artigo ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO IX

Liquidação, Dissolução e Extinção

Artigo 43 - A Companhia entrará em liquidação, dissolução e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir, fixará os seus honorários e elegerá o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO X

Juízo Arbitral

Artigo 44 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou

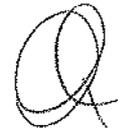
CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.





CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2016**

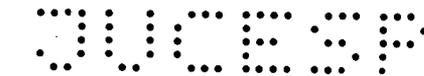
I. DATA, HORA E LOCAL: Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 2016, às 10h00min, na sede social da Contax Participações S.A., localizada na Avenida Paulista, 407 e 423, 8º andar, na cidade e Estado de São Paulo (“Companhia” ou “Contax Participações”). **II. QUORUM:** Os Conselheiros representando a totalidade dos membros em exercício. **III. CONVOCAÇÃO:** Realizada por mensagens individuais enviadas aos senhores Conselheiros. **IV. MESA:** Presidente, o Sr. Shakhaf Wine e Secretária, a Sra. Juliana Contreiras de Brito. **V. ORDEM DO DIA:** (1) **Eleição de Administradores.** **VI. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, quanto ao *item 1* da Ordem do Dia, foi aprovada, por maioria dos membros do conselho, registrado o voto contrário da conselheira Sra. Marina Arantes Braga Prado, a eleição da Sra. **Cristiane Barretto Sales**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 02714796-71, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 405.908.015-20, domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 407 e 423, 8º andar, para ocupar os cargos de Diretora de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, em complementação de mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018, tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Daniel de Andrade Gomes, que ocupava interinamente os cargos. Os membros do Conselho agradeceram ao Sr. Daniel de Andrade Gomes pelos serviços prestados durante o exercício de sua função e destacaram que o mesmo retomará as atividades anteriormente desempenhadas na Companhia. A Diretora ora eleita, Sra. Cristiane Barretto Sales, firmará o respectivo Termo de Posse e Investidura e declara, sob as penas da lei, estar legalmente habilitada a exercer a função, não estando incurso em nenhum dos crimes e impedimentos previstos na Instrução CVM nº 367/02, passando a Diretoria da Companhia contar com a seguinte composição: Sr. **Nelson Armbrust**, como Diretor Presidente, Sra. **Cristiane Barretto Sales**, como Diretora de Finanças e de Relações com Investidores, Sr. **Giulio Salomone**, como Diretor sem designação específica e **Cristiane Almeida de Souza Cé**, como Diretora sem designação específica, todos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018. Foi autorizada também a eleição da Sra. Cristiane Barretto Sales para compor a Diretoria e/ou Conselho de Administração das sociedades controladas direta e indiretamente da Companhia, em substituição ao Sr. Daniel de Andrade Gomes, bem como, foi aprovada a oportuna convocação dos respectivos órgãos colegiados para proceder às substituições necessárias. Por fim, os membros do conselho tomaram conhecimento da nova estrutura organizacional da Companhia, conforme material apresentado pelo Diretor Presidente. Registra-se que os materiais pertinentes às matérias analisadas foram previamente encaminhados aos senhores conselheiros e ficam arquivados no Escritório de Governança da Companhia. **VII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 18 de abril de 2016. Juliana Contreiras de Brito, Secretária. Conselheiros: Shakhaf Wine, Presidente; Márcio de Araújo Faria (Membro Suplente); Alexandre Jereissati Legey; Armando Galhardo Nunes Guerra Jr.; Rafael Cardoso Cordeiro (Membro Suplente); Marina Arantes Braga Prado.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


Juliana Contreiras de Brito
Secretária



JUCESP PROTOCOLO
0.313.752/16-3



CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80

NIRE 35300180631

Companhia Aberta

EXTRATO DE ITENS DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2016

Na qualidade de secretária da reunião do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (“Companhia” ou “Contax Participações”) realizada em 04 de março de 2016, às 14 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Paulista, 407 e 423, 8º andar, na cidade e Estado de São Paulo, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, CERTIFICO que foram aprovados os seguintes temas, conforme redação abaixo:

“Passando ao item 2 da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros receberam a renúncia do Sr. Shakhaf Wine ao cargo de Diretor Presidente da Companhia e aprovaram, por unanimidade, sua eleição para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral de Acionistas da Companhia preenchendo o cargo vago e anteriormente ocupado pelo Sr. Ronaldo Vieira Carneiro, cuja renúncia foi recebida por escrito no dia 02 de março de 2016. O Conselho de Administração registra seu agradecimento ao Sr. Ronaldo Vieira Carneiro pela dedicação e contribuição ao longo do período em que exerceu suas funções como conselheiro da Companhia. O Sr. Fernando Antônio Pimentel de Melo, atual Presidente do Conselho de Administração, bem como todos os demais Conselheiros agradeceram e destacaram a importante atuação do Sr. SHAKHAF WINE na condição de Diretor Presidente da Companhia e o elegeram como Presidente do Conselho de Administração, reconhecendo que sua eleição como Presidente do Conselho de Administração contribuirá ainda mais para o sucesso da Companhia. Os membros do Conselho de Administração agradeceram ao Sr. Fernando Antônio Pimentel de Melo pelo empenho, dedicação e inestimáveis contribuições durante o período em que presidiu este órgão. O Sr. Fernando Antônio Pimentel de Melo permanece como membro titular do Conselho de Administração, conforme eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015. Em seguida, os Srs. Conselheiros aprovaram por unanimidade dos presentes, registrada a abstenção da conselheira Marina Arantes Braga Prado, a eleição do Sr. NELSON ARMBRUST, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 38.763.083 expedida pela SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 916.220.857-87, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 407 e 423, 8º andar, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, em complementação de mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018. Os Srs. Conselheiros aprovaram, ainda, por unanimidade, a eleição da Sra. CRISTIANE ALMEIDA DE SOUZA CÉ, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 605.281.3182 expedida pela SJS-RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 571.434.980-68, domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 407 e 423, 8º andar, para o cargo de Diretora Sem Designação Específica da Companhia, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar após a Assembleia

EXTRATO DE ITENS DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2016

Geral Ordinária do exercício de 2018. Os Diretores ora eleitos, Srs. Nelson Armbrust e Cristiane Almeida de Souza Cé, firmarão os respectivos Termos de Posse e Investidura nesta data e declaram, sob as penas da lei, estarem legalmente habilitados ao exercício das funções para quais foram eleitos, não estando incurso em nenhum dos crimes e impedimentos previstos na Instrução CVM nº 367, de 29/05/2002. A Diretoria da Companhia passa, a partir desta data a contar com a seguinte composição: Sr. Nelson Armbrust como Diretor Presidente, Sr. Daniel de Andrade Gomes como Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, Sr. Giulio Salomone como Diretor Sem Designação Específica e Sra. Cristiane Almeida de Souza Cé como Diretora Sem Designação Específica, todos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018. (...)"

Presente a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores Conselheiros: (a.a.) Fernando Antonio Pimentel de Melo (Presidente); Guido Barbosa de Oliveira (Membro Suplente); Alexandre Jereissati Legey; Renato Torres de Faria; Armando Galhardo Nunes Guerra Jr.; Marina Arantes Braga Prado.

Certifico que as deliberações acima foram extraídas e são cópia fiel das deliberações tomadas na ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 04 de março de 2016.


Juliana Contreiras de Brito
Secretária

